



COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM

ATA DA 54ª (CINQUENTÉSIMA QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

1 – Data, hora e local da realização:

Reunião realizada no dia 10(dez) do mês de novembro de 2020. Em atendimento às recomendações contidas nos Decretos nº 64.862/2020 e 64.864/2020, que tratam de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, a 54ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, foi realizada de modo “virtual”, por vídeo conferência, Microsoft Teams – 9 horas.

2 – Participantes:

Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora do CAE

Afonso Antonio Hennel – membro do CAE

Silverio Crestana – membro do CAE

3 – Assunto: Informações Trimestrais (ITR's) do 3º Trimestre de 2020

Estiveram presentes: Ivone Ferraz Anacleto (GFS), Marlí Cândido Dutra e Francisco Carlos dos Santos (DFSC), Juliana Stark (DRAU) e Maria Regina Scurachio Sales Alvarenga (GRJ), da CPTM; Fernanda Carolina Inacio e Eliane Remini da Russell Bedford.

3.1 Foram apresentadas pela Sra. Marli as ITRs do 3º Trimestre, destacando os pontos que considera mais relevantes e prestando esclarecimentos sobre algumas das dúvidas e questionamentos do CAE.

Comentários e Recomendações do CAE:

(a) Foi reconhecido e elogiado pelo CAE o empenho da equipe da CPTM na elaboração das primeiras ITRs, reforçando que este é um passo relevante para a melhoria contínua na qualidade da informação.

(b) Foram sugeridas pelo CAE revisões na Minuta apresentada pela Contabilidade, para maior clareza e detalhamento; são elas, em síntese: (i) alteração do título 'controle interno' porque o conteúdo não corresponde ao título, o conteúdo refere-se às ações do comitê de crise; (ii) inserção de item efetivamente destinado a tratar do impacto da pandemia de COVID-19 nos

controles internos; (iii) atualização e esclarecimentos adicionais sobre a denúncia criminal, evidenciando a diligência da empresa no acompanhamento, ainda que não seja parte; (iv) ampliar a descrição sobre a 'provisão para perda de valor recuperável dos ativos' para esclarecer sobre o julgamento da administração em relação à pandemia da COVID-19 como indício de deterioração dos ativos que justificasse ou não o teste neste período; (v) ampliar a descrição sobre "estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos" para contemplar o julgamento da administração sobre possíveis efeitos da pandemia da COVID-19; (vi) descrever melhor as movimentações de "depósitos judiciais", inclusive, mas não limitado, aos levantamentos e atualização monetária; (vii) descrever melhor a natureza dos ativos e passivos nos 'convênios operacionais'; (viii) incluir, de forma sucinta, os critérios de mensuração de ativos imobilizados por grupos; (ix) esclarecer se os valores reconhecidos no parcelamento das dívidas de ações trabalhistas incluem atualização monetária e juros; (x) explicar a conta "multas" nas receitas financeiras; (xi) esclarecer duplicidade de valores no item "despesas financeiras" e; (xii) descrever com mais clareza o motivo dos aumentos de algumas despesas, tais como energia e vigilância e, seus benefícios esperados.

(c) Sobre a receita de arrecadação de Bilhete Único, embora não tenha recebido ressalvas da Auditoria e nem nas notas explicativas, o CAE manifesta a preocupação com a suspensão da Auditoria Independente que já estava contratada para analisar a contabilidade e apurar possíveis perdas na gestão do BU.

(c) O CAE reforçou que, em consonância com a Lei 13.303, as transações com partes relacionadas devem ser submetidas à sua apreciação, o que não ocorreu neste período. Recomenda, nesse sentido, que seja definida, com urgência, a Política de Partes Relacionadas.

(d) Visando subsidiar a apreciação das demonstrações anuais de 2020, o CAE recomendou e solicitou: (i) documentos que embasam os procedimentos contábeis de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados, incluído os testes de *impairment* e; (ii) premissas da administração e relatório de atuário que suporta os cálculos do passivo atuarial.

(e) Reforçou a necessidade de interação entre áreas da Companhia para assegurar consistência e robustez às informações, em especial, Contabilidade, Jurídico, Compliance e Risco. Elogiou os esforços de interação em andamento entre Contabilidade e Jurídico para rever a classificação e mensuração das ações judiciais e administrativas em curso.

3.2 Foi apresentado Relatório da empresa Russell Bedford pelas Sras. Fernanda e Eliane, destacando as ressalvas e ênfases ali contidas.

Comentários e Recomendações do CAE:

- (a) Foi sugerida pelo CAE a atualização das informações sobre a denúncia criminal.
- (b) Observou o CAE que, a despeito das operações da CPTM terem sido fortemente afetadas pela pandemia COVID-19, não há qualquer menção da auditoria em

seu relatório. Sugere que o relatório seja revisto para incluir tais impactos e seu reflexos nos trabalhos da auditoria.

- (c) Solicitou o CAE que seja apresentado com maior detalhamento os trabalhos efetivamente realizados pela auditoria que conduziram ao relatório apresentado.
- (d) Em relação ao item "Seguros", recomenda o CAE que sejam avaliados pela Administração os benefícios e custos de sua contratação, considerando, por exemplo, o histórico de condenações e indenizações da Companhia.
- (e) Reforçou, ainda, a necessidade de a auditoria reportar periodicamente ao CAE o andamento de seus trabalhos.

Por fim, **recomenda o CAE a aprovação das ITRs do terceiro trimestre de 2020, contemplando as alterações sugeridas.**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião.

São Paulo, 10 de novembro de 2020



ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
Coordenadora



SILVERIO CRESTANA
Membro



AFONSO ANTONIO HENNEL
Membro